
A Educação Primária para o cidadão do Norte de Minas Gerais entre as décadas de 1920 a 1950

The Primary Education for the citizen of the North of Minas Gerais between the decades of 1920 to 1950

Wilney Fernando Silva*

Resumo: O presente trabalho propõe um estudo das relações entre a história do processo de urbanização e escolarização da cidade de Porteirinha, no Norte de Minas Gerais. Para a constituição dessa tarefa, foram analisadas fontes documentais localizadas em livros de reuniões de professores, livros de visitas de inspetores, recortes de jornais, leis e decretos do Poder Executivo municipal. No recorte temporal, foram analisadas as primeiras escolas isoladas localizadas no povoado, passando em seguida para as Escolas Reunidas de Porteirinha, até a inauguração do Grupo Escolar João Alcântara. Esta instituição representou o arauto das práticas da civilidade que educaram o pensamento e os modos de vivência e convivência sociais dos sujeitos, na nova ordem cidadã, e serviu como um grande projeto dos dirigentes políticos locais.

Palavras-chave: Cultura escolar. Escolarização. Grupos escolares.

Abstract: The present work proposes a study of the relations between the history of the urbanization process and schooling of the city of Porteirinha, in the north of Minas Gerais. For the constitution of this task, documentary sources located in books of teachers' meetings, books of visits of inspectors, newspaper clippings, laws and decrees of the municipal executive power were analyzed. In the time cut, the first isolated schools located in the village were analyzed, passing to the Schools Reunidas de Porteirinha until the inauguration of the School Group João Alcântara. This institution represented the herald of practices of civility that educated the thinking and ways of living and social coexistence of the subjects in the new urban order, and served as a great project of the local political leaders.

Keywords: School culture. Schooling. School groups.

* Doutor em Educação pelo PPGED da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), vinculado à Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação. Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – Campus Avançado Porteirinha. *E-mail:* wilney.silva@ifnmg.edu.br

Introdução

A relação entre os processos de urbanização e escolarização trouxe algumas inovações importantes como: inovação quanto ao espaço, com a passagem do ensino ministrado em locais diversos e mantido pelos professores para um prédio único com diversas salas de aula e com rebatimentos explícitos na necessidade de controle, racionalização, planificação de estudos, estrutura de vigilância e gestão centralizada; inovação quanto ao tempo, com a passagem do planejamento das atividades cotidianas para o planejamento do conjunto do ensino, com gradação e divisão das matérias; inovação quanto à estrutura de poder, com o fim da autonomia dos senhores e das cidades e a passagem ao poder central do Estado.¹

Neste sentido, como afirma Veiga (1997), combinar o progresso material com o progresso das mentes produziu aproximações entre as práticas urbanas e as práticas escolares numa dupla direção: as representações da educação presentes tanto nas práticas urbanas como também nas escolares, com o propósito de constituírem um novo sujeito social a ser educado para as práticas da civilidade.

Nesse sentido, este trabalho baseou-se no pressuposto de que a cultura escolar, disseminada em uma cidade em processo de urbanização, discursiva e física, tem a função de deixar registrados os vestígios do progresso e da ação humana sobre a natureza.

Outro aspecto importante do trabalho relaciona-se com a conceituação de cultura escolar. Considera-se que estudar a cultura escolar, como bem aponta Faria Filho (1996), significa estudar o processo que impõe significado aos processos e produtos das práticas escolares, isto é, práticas que permitem a transmissão de conhecimentos e a inculcação de condutas circunscritas a um espaço/tempo identificado como escola. Instituição cuja construção, segundo Julia (2001), esteve frequentemente associada a um projeto político e à noção de progresso, projeto esse que vai se conformar aos limites de cada período da História.

Segundo Pessanha e Silva (2012), os projetos de urbanização incluíam projetos de escolarização. “O nascimento do empreendimento de escolarização em massa entre os séculos XVIII e XIX esteve ligado à visão de uma escola produzida como a instituição capaz de instruir e educar a infância e a juventude, mas de produzir um país ordeiro, progressista e civilizado” (FARIA FILHO, 2002, p. 24). Soma-se a isso

a permanência da ideia dessa escolarização, como um processo associado ao de monopolização dos saberes elementares pelo estado, como continuidade do processo de civilização, ou seja, de tornar civil o bárbaro, como afirma Veiga (1997).

Inúmeras pesquisas sobre a gênese e história dos grupos escolares no Brasil vêm mostrando de que modo a reunião de escolas isoladas foi aclamada como uma fórmula mágica para resolver os problemas do Ensino Primário, afirmam Pessanha e Silva (2012). “No início do Brasil Republicano, as escolas isoladas deveriam ceder lugar, tanto na memória quanto na realidade espacial, para os grupos escolares, mais racionais e abrangentes” (FARIA FILHO, 1997, p. 93), ocupando, assim, especial relevo na constituição moral e na formação das novas gerações.

Nesse sentido, o presente trabalho propõe um estudo das relações entre a história do processo de urbanização e escolarização da cidade de Porteirinha, município localizado no Norte de Minas Gerais, e a história da cultura escolar do Grupo Escolar João Alcântara, principal instituição escolar da cidade, no segundo quartel do século XX.

Para a constituição dessa tarefa, foi utilizada a análise de fontes documentais escritas localizadas em livros de reuniões de professores, atas de promoções de alunos e de instalações das cadeiras de instrução da cidade. Os livros de visitas de inspetores do Grupo Escolar João Alcântara, recortes de jornais, leis e decretos do Poder Executivo municipal, livros de atas da Câmara Municipal também nos serviram como poderosas peças para construir um grande e complexo quebra-cabeças. Livros, artigos, teses e dissertações de pesquisadores/historiadores acerca da temática compõem as referências teóricas, tais como: Faria Filho (1996, 1997, 2002), Nunes (2000), Gatti Júnior (2012), Souza (1998) e Veiga (1997).

O recorte temporal do estudo iniciou-se em 1920 e alargou-se até 1950, período em que o povoado de São Joaquim da Porteirinha, até então distrito do município de Grão Mogol, desmembra-se e passa a se chamar Porteirinha. Assim, neste recorte, analisamos as primeiras escolas isoladas localizadas no povoado. Em seguida, já no recente criado município, adentramos nas Escolas Reunidas de Porteirinha, instituição que foi a base do Grupo Escolar João Alcântara, objeto principal de análise do trabalho e um dos principais projetos dos dirigentes políticos da cidade.

Porteirinha, cidade do norte mineiro

Conforme Holanda (1963), a Coroa portuguesa, nos dois primeiros séculos de exploração colonial, limitou-se ao latifúndio rural litorâneo. Não existiam pretensões em colonizar os sertões habitados por índios. O povoamento destas regiões, segundo o autor, foi desempenhado pelas bandeiras em busca de ouro. Concomitante a este processo de expansão, centralizado na economia aurífera, estava também o “caminho do gado”, bandeiras guiadas pelas margens do rio São Francisco, desbravando e povoando este espaço.

Segundo Pereira (2002), para o atendimento de uma demanda que se expandia rapidamente, estruturavam-se na região enormes fazendas de gado, além de uma lavoura de gêneros de subsistência. Assim se desenhou o quadro econômico dessa vasta porção norte do estado, por volta do primeiro terço do século XVIII.

Atravessando essa região, a Estrada Geral interligava Bahia a Minas Gerais. Por ela transitavam, em sentido às minas, produtos como farinha de mandioca, rapadura, cachaça, além de escravos e produtos importados provenientes do porto de Salvador.

A ocupação da região que hoje se localiza o município de Porteirinha ocorreu no início do século XVIII. O local possuía uma pequena clareira no coração das matas que separava a vila de Mato Verde do município de Monte Azul, bem como do povoado de Riacho dos Machados; e servia de pouso aos que vinham do nordeste e do sertão baiano, procurando encurtar a trilha que levava à terminal da estrada de ferro, em Sabará. Uma brecha entre os altos troncos, de um lado e do outro da clareira serviam de acesso. Eram como porteiras. Os que para ali se dirigiam em busca de pouso se referia ao local como Porteirinhas (IGBE, 1959, p. 406).

Segundo a Enciclopédia dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1959), com a divisão administrativa do estado, fixada pela Lei Estadual n. 843, de 7 de setembro de 1923, o distrito de Porteirinha, sob a designação de São Joaquim de Porteirinha, manteve-se como integrante do vasto município de Grão Mogol.

Já em 17 de dezembro de 1938, pelo Decreto-Lei estadual n. 148, que estabeleceu a divisão judiciário-administrativa do Estado, a vigorar

de 1937 a 1943, fora criado o município de Porteirinha, composto por quatro distritos: o da sede, Gorutuba, Serranópolis e Riacho dos Machados, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 – Município de Grão Mogol e seus distritos (1924)



Fonte: FREITAS, Mário Martins de. *O município de Grão Mogol – estudo geológico, mineralógico, histórico, econômico e social*. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1957, p. 143.

Com uma população de aproximadamente 20.686 habitantes (IBGE, 1947), Porteirinha torna-se cidade e ganha autonomia administrativa e política. Os primeiros anos de sua constituição são fundamentais para entender a dinâmica cultural com seus elementos de aceitação e de resistência a novos hábitos e modos de ver o mundo.

O primeiro administrador do novo município mineiro foi Altivo de Assis Fonseca, bacharel em Direito, tenente da Polícia Militar e católico fervoroso, autoridade constituída, nomeado pelo interventor/governador de Minas Gerais, Benedito Valadares Ribeiro.² Altivo de Assis Fonseca administrou o município no período de 1º.1.1939 a 31.03.1945.

Com o objetivo de estruturar administrativamente a cidade, Altivo de Assis Fonseca foi o porta-voz da ideia da promoção de uma nova cultura, a cultura urbana que se contrastava com a forte cultura rural do município. A tentativa de se constituir essa nova cultura se deu pela aplicação prática de inúmeros dispositivos legais carregados dos ideais de civilidade, de organização urbana e de racionalização.

No Livro n. 1, de leis e decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha, Altivo de Assis Fonseca normatizou as primeiras condutas da municipalidade. O decreto-lei, de 14 de fevereiro de 1939, criou cargos municipais como os de escriturário, fiscal, secretário-contador, coletor-tesoureiro, agente de estatística e regulou atribuições de controle, inspeção, administração, supervisão, coleta e escrituração.

O Código de Posturas do Município apresentou normatizações e com elas possíveis infrações e penalidades às quais a população estava sujeita. Normatizou, por exemplo, as licenças para a construção de edificações na zona urbana. Nesse sentido, nenhuma construção no perímetro urbano poderia ser edificada sem a entrega dos documentos comprobatórios e pré-requisitos necessários para a licença concedida pela prefeitura: o cuidado com o alinhamento das residências, o material empregado nas construções e o estilo compunham um conjunto de preocupações de seus administradores com a organização da cidade, que se expressava de forma mais racional.

O título IV *Da Higiene em Geral*, do Código, em seu art. 60, obrigava a população a lançar mão de uma série de medidas com relação à remoção do lixo residencial que, a partir de então, “deverá ser recolhido, preferencialmente, em caixas providas de tampas de zinco”;³ o escoamento

de águas residenciais em valas públicas e sarjetas deveria também ser um ponto importante para os moradores.

A lei também proibiu à população abandonar animais mortos em vias públicas e a prática de lavar roupas em fontes e chafarizes. Cobrou higienização dos estabelecimentos comerciais e residenciais e estabeleceu uma forte fiscalização no abatimento de animais, na qualidade das carnes e do leite comercializados. O matadouro municipal, estabelecimento que abatia e fornecia carnes ao município e região, foi submetido a uma série de normas quanto à higiene.

O recente município também propôs uma regulamentação no tocante à aferição mais racional de pesos e medidas das balanças nos estabelecimentos comerciais. Todos deveriam adotar pesos, medidas e balanças apropriadas para cada item a ser comercializado, pagando, pela aferição, uma taxa anual ao coletor do município.⁴ Dessa forma, as usuais formas de medidas “por litro” deveriam ser substituídas pelo quilograma; e a antiga noção de distância, a légua, por quilômetro.

O título XIV – *Da moralidade, segurança e tranquilidade públicas* – com seis artigos, era bastante impositivo no sentido de que, com a infração, “o morador pagava uma multa, mas a reincidência incorria em prisão correccional” (art. 125, p. 45). Interessante é observar que os itens são proibidos aos cidadãos, aos indivíduos, no entanto, ao longo do tempo, e num processo conflituoso, as proibições que eram individuais passam a fazer parte de uma proibição coletiva, de uma vigilância social e cultural dos moradores. Confira algumas proibições no art. 125:

- Perturbar a tranquilidade pública com vozerio e reuniões tumultuadas;
- Proferir palavras obscenas, fazer gestos imorais, escrever ou desenhar figuras nas paredes e muros e afixar em tais lugares pasquins e outros escritos indecentes;
- Apresentar-se alguém em trajes menores perante o público;
- Correr desabridamente a cavalo pelas ruas e praças e deixar os animais subirem nos passeios;
- Conduzir veículos em disparada;
- Jogar malhas e outros jogos semelhantes nas ruas, praças e logradouros públicos;
- Abandonar nas ruas ou praças públicas veículos de transportes ou deixá-los transitar, sem condutor, entregues à mercê dos animais;

- Conduzir animais bravos sem a devida segurança;
- Promover diversões imorais em ocasiões de carnaval;
- Amarrar animais nos postes de iluminação pública, nas árvores sitas nas ruas, em lugares que vedem o trânsito público ou periguem os transeuntes;
- Dar pousada ou terreno para acampamento de ciganos, em qualquer parte do município;
- Promover danças ou outros divertimentos congêneres dentro dos povoados, sem licença das autoridades, não se compreendendo nesta proibição os bailes de reuniões familiares;
- Criar bovinos, cavalares, suínos, caprinos e lanígeros no perímetro urbano da cidade, das vilas e das povoações;
- Os indivíduos de ambos os sexos, reconhecidamente vadios, que forem encontrados em lugares públicos, serão recolhidos ao xadrez durante 3 dias [...] (PORTEIRINHA, 1939, p. 47).

Um projeto de alinhamento de ruas e praças da cidade também foi previsto no documento, bem como serviços de ajardinamento e arborização da cidade. Dessa forma, nenhum morador poderia mudar os caminhos nem danificar os bens públicos. Era necessário o desenvolvimento físico da cidade: limpeza e calçamento das ruas, construções de pontes e estradas.

As antigas estruturas físicas do lugar também deveriam se adequar a essa nova lógica: as construções deveriam ser alinhadas; as casas que esteticamente não se enquadrassem nestes novos preceitos deveriam vir abaixo e as passagens deveriam ser desobstruídas. Tentava-se criar uma cultura da higiene nas residências, em comércios e nos espaços públicos. O homem, para que realmente pudesse ser propulsor do progresso, não podia mais se entregar à vadiagem. Ébrios, loucos e vadios deveriam ser removidos à cadeia, enfim, todos deveriam adotar um comportamento moral condizente com os novos tempos.

No entanto, nesse jogo social, as transformações ou permanências em Porteirinha não se deram em uma única direção, mas através de um processo permeado de embates e negociações entre as costumeiras práticas da população e as novas que estavam sendo propostas.

Neste sentido, os homens foram preparados para viver esta nova realidade. A transformação do comportamento humano envolveu a educação da mente e do corpo na difusão de modos cotidianos de vida

mais afeitos ao mundo que se queria erigir. Em Porteirinha, a limpeza das ruas, a iluminação noturna, as fachadas das casas, as vestimentas, a higiene, a fala, o corpo e o trabalho humano foram objetos de intervenção quando diziam respeito à vida social. A própria noção de coisa pública e dos espaços de sociabilidade, como praças, ruas, avenidas, comércios, bibliotecas, igrejas, também foram elementos de intervenção social.

Nesse movimento, educar os homens para a vida moderna era fundamental. A escola tomou seu lugar nesse processo de urbanização, de edificação de novos valores e de modificar hábitos e condutas.

O movimento de escolarização na cidade: das escolas isoladas ao grupo escolar

A educação primária do então povoado de Porteirinha, até 1941, era ministrada em escolas isoladas e mistas. Segundo Faria Filho (1996), formadas de uma só classe, as escolas isoladas, em sua maioria, funcionavam em prédios ou casas cedidas pela comunidade ou alugadas pelo governo ou mesmo nas residências dos próprios professores.

Elas eram caracterizadas como escolas para o sexo masculino, para o sexo feminino, ou eram mistas. Em alguns casos, as escolas poderiam ser denominadas “reunidas”, em função da possibilidade de as escolas isoladas serem agrupadas em um único local, sob a direção de um dos professores (FARIA FILHO, 1996).

Em Porteirinha, uma das primeiras instituições escolares chamava-se “Escola Mista Distrital de Porteirinha, município de Grão Mogol”, datada de 1928, e era regida pela professora Gecy Lima. O termo de promoções da 1ª Cadeira Mista Distrital de Porteirinha, de 30 de novembro, um dos documentos educacionais mais antigos do município, revela que o inspetor chama a atenção da professora quanto à frequência dos alunos; registra a matrícula de 45 alunos e pede à professora que solicite aos pais dos alunos faltosos uma justificativa pela ausência destes ao educandário (ESCOLA MISTA DISTRITAL DE PORTEIRINHA, 1929, p. 3).

O então município, embalado pela nova forma de organização urbana, com maior autonomia administrativa, devido à visão mais racional das relações e dos espaços e por uma grande expectativa em ver

impostos e taxas sendo aplicados na sede, além de receber verbas pela recente emancipação, constrói uma forma mais racional de administração dos seus serviços educacionais.

Altivo de Assis Fonseca, em 1942, ao organizar os serviços da administração local, bem como o quadro de funcionários e suas atribuições, criou a repartição de Serviço de Educação Pública e Saúde. O capítulo VIII – *Do Serviço de Educação e Saúde* materializa as responsabilidades do responsável pela pasta educacional (PORTEIRINHA, 1942, p. 245).

Desse modo, na medida em que a educação era vista como um caminho indispensável para um projeto nacional, estadual e municipal de longo alcance, ela traduzia, em sua particularidade, instrução, educação e saneamento. Daí, a presença do poderoso binômio educação-saúde, por exemplo, na criação do Ministério da Educação e Saúde (MES), em 1937, e do Serviço de Educação e Saúde Pública de Porteirinha, em 1942.

Conforme estudos de Rocha (2010), ao analisar o contexto educacional na era Vargas,⁵ afirmam que, durante este período,

[...] em que o discurso higienista passa a se articular em torno da educação e saúde, o Instituto de Hygiene, em São Paulo, por exemplo, constituiu-se num espaço importante na articulação de estratégias voltadas para a veiculação da mensagem da higiene no universo escolar, quer pela sua atuação na formação profissional dos professores primários, quer pela formação de agentes de saúde pública, quer, ainda, pela produção de impressos destinados, entre outros públicos, às crianças das escolas primárias e a seus mestres (2010, p. 159).

É na esteira dessa iniciativa que se pode compreender a política sanitária municipal assumida e organizada pelo Serviço de Educação e Saúde Pública de Porteirinha, em 1942. Constam como principais ações educativas:

- fazer propaganda da construção de latrinas e da melhoria das condições sanitárias dos prédios em geral, empregando métodos suasórios nesta tarefa;
- fazer a inspeção sanitária, em geral, da cidade, vilas e zonas rurais, casa por casa;

- fazer propaganda por meio de distribuição de folhetos impressos de preceitos de higiene e profilaxia por ocasião das visitas domiciliares;
- fazer permanentemente o serviço de vacinação antivariólica;
- comunicar ao chefe do Centro de Saúde a que estiver subordinado, os casos de doenças contagiosas que encontrem;
- ministrar ensinamentos de higiene aos moradores, procurando inculcá-lhes hábitos higiênicos;
- descobrir e destruir os focos dos insetos nocivos;
- executar os trabalhos de higiene, ensinando às gestantes, mães e crianças, regras de alimentação, vestuário e asseio corporal;
- auxiliar os serviços de higiene escolar [...] (PORTEIRINHA, 1942, p. 246).

As questões urbanas e de elaboração de estratégias de intervenção que, tendo como objetivo central a formação da consciência sanitária, colocavam a educação sanitária em primeiro plano, dando ênfase aos modernos métodos de persuasão. Desse modo, como aponta Rocha (2010), era imprescindível eliminar atitudes viciosas e inculcar hábitos salutarres, desde a mais tenra idade, bem como criar um sistema fundamental de hábitos higiênicos, capaz de dominar, inconscientemente, toda a população.

Estas tarefas eram reconhecidas como do âmbito específico da instituição escolar. Modelar a natureza infantil, pela aquisição de hábitos que resguardassem a infância da debilidade e das moléstias, era uma das funções de que se deveria incumbir a escola primária.

Imbuído nesse novo espírito, sociedade e escola almejavam a ampliação dos espaços de escolarização. O número de vagas para as crianças da cidade, haja vista a crescente demanda, foi um ponto que mereceu atenção e fez criar maiores espaços institucionalizados para ensinar.

Contanto com uma população com pouco mais de 20 mil habitantes (IBGE, 1947), o município festejou o início da década de 1940 com a inauguração das Escolas Reunidas de Porteirinha, agrupando, em uma mesma instituição, as duas escolas isoladas existentes.

Com a reunião das escolas e com a ampliação da oferta de vagas com a abertura de nossas classes, foi aumentado significativamente o número de vagas na cidade. A escola foi se tornando um marco na

educação no lugar. O mesmo movimento que fazia Porteirinha crescer, impulsionava a escola. Era um movimento de dependência de uma sobre a outra.

Na ocasião da reunião de abertura do ano letivo de 1942, estavam presentes o inspetor escolar, professoras, diretora, alunos, pais e o prefeito municipal. Recebido com satisfação pelo corpo docente e discente, Altivo de Assis Fonseca, em discurso, “incentiva a unidade de instrução, o trabalho como gerador do progresso do futuro Município de seu governo e do engrandecimento da Pátria” (ESCOLAS REUNIDAS DE PORTEIRINHA, 1942, p. 2).

Imbuída da ideia, da adesão e da valorização à escolarização formal, em 2 de julho de 1946, a população via instalado o Grupo Escolar João Alcântara. Este feito já vinha sendo buscado há alguns anos, ou seja, o momento representou um marco na educação do município.

O Grupo Escolar João Alcântara

Conforme Souza (1998), em sua obra *Templos de civilização*, os grupos escolares, criados a partir de 1890, no Estado de São Paulo, foram símbolos do Estado Republicano que se organizava. Como parte de um projeto mais amplo que considerava a universalização do ensino, como uma das características da República, representavam a ideia de modernidade através da mudança na concepção e organização da escola (FARIA FILHO, 1996).

Em Porteirinha, esse entusiasmo teve pontapé inicial no dia 2 de julho de 1946. Naquela oportunidade, solene e oficialmente, foi instalado o Grupo Escolar João Alcântara. Na ocasião, estavam presentes o prefeito, Almerindo Alves de Brito Faria; o vigário, Julião Arroyo Gallo; o inspetor escolar, profissionais liberais como farmacêuticos, dentistas, engenheiros, “autoridades municipais, representantes da indústria, do comércio, da lavoura, muitos outros senhores, senhoras e senhoritas, as principais pessoas da elite Porteirinhense, a Diretora, as Professoras” (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946, p. 2).

Interessante é notar que os bacharéis e o padre da cidade, possuidores de rara instrução para a época, além dos donos do comércio, das indústrias e fazendeiros, possuidores do poder econômico, compunham a elite porteirinhense, e suas presenças legitimavam e davam grande relevo àquele momento.

As solenidades aconteceram durante todo o dia, em um vasto programa que incluía, pela manhã, missa solene de ação de graças, celebrada na Igreja São Joaquim. Após o momento religioso, já no prédio escolar, o pronunciamento oficial de instalação da escola.

Na oportunidade, os presentes à mesa de honra, o corpo docente e autoridades municipais, bem como demais convidados, cantaram o Hino Nacional e assistiram a uma apresentação artístico-cultural pelo grupo de *Jazz* de Porteirinha. O prefeito, Almerindo Alves de Brito Faria, em seu pronunciamento de abertura, falou sobre a

[...] inadiável necessidade da instalação do Grupo Escolar, cujo funcionamento vem preencher grande lacuna no ensino primário, no município e encontrar no seio da administração e do povo a mais justa acolhida, pois vem satisfazer plenamente velhas aspirações deste município (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946, p. 2).

Após o prefeito ressaltar as finalidades do Grupo Escolar e os grandes benefícios que prestaria à população, teceu grandes elogios ao Secretário de Educação, Olinto Orsini de Castro, como

inteligente e esforçado auxiliar do Governo Mineiro, que tudo tem feito como homem de elevada cultura para elevar a instrução em Minas, inaugurando e instalando dezenas de Grupos Escolares, espalhando no território mineiro essa constelação de luzes que está brilhando e que mais tarde irá brilhar com mais fulgor (ALCÂNTARA, 1946, p. 2).

Na sequência, a diretora, Maria Lisbela Pereira, tomou a palavra e disse:

O início dos trabalhos escolares é um dos mais belos dias da vida do escolar, porque a instalação do Grupo Escolar João Alcântara é a abertura de um templo de luz, onde os espíritos juvenis vão beber as instruções indispensáveis ao preparo para a grande luta pela vida e receber a moral que vão formar o caráter para a futura felicidade (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946, p. 2).

A organização do Grupo Escolar João Alcântara de Porteirinha é percebida em suas relações com a organização urbana. Ocupando um

terreno de 2.228 metros quadrados, em frente à Praça Tiradentes, no centro da cidade, edifica-se o prédio de tamanho expressamente maior, mais moderno, racional e arejado, adequado aos preceitos higiênicos. A Instituição era dotada de pátio, secretaria escolar, banheiros, sete salas de aula espaçosas, biblioteca e cantina para a preparação da alimentação.

O Grupo Escolar vai se contrapor às instalações precárias das apertadas escolas isoladas, que funcionavam em casas alugadas e adaptadas. O Grupo Escolar significava a demonstração da modernidade proposta pelos ideais republicanos.

É a “trajetória da escola nas trilhas da cidade”, como bem caracteriza Faria Filho (1996, p. 16) em sua original obra *Dos pardieiros aos palácios*, tendo como foco de investigação a educação pública primária na cidade de Belo Horizonte, dos primeiros anos ao final da segunda década do século XX.

Considerações finais

Este trabalho analisou as relações entre a história do processo de urbanização e escolarização da cidade de Porteirinha, no Norte de Minas Gerais e a história da cultura escolar do Grupo Escolar João Alcântara.

Mesmo inserida em uma região distante geograficamente dos centros urbanos de destaque da época, Porteirinha vivenciou algumas transformações urbanas pautadas no desejo de adequação da sociedade a um progresso idealizado em parâmetros que emanavam dos grandes centros.

Nesse processo, destacou-se a notória necessidade de educar a população (dentro e fora dos espaços escolares) para os ditames da vida moderna que emergia.

As fontes pesquisadas possibilitaram problematizar algumas dinâmicas das mudanças na cidade que se operavam no campo das ideias e na realidade urbana. Neste sentido, foram elementos de intervenção social a estruturação espacial de ruas e praças, o alinhamento das casas, formas de sociabilidades, cultura da higiene nas residências, no comércio e nos espaços públicos, as fachadas das casas, as vestimentas, a fala, o corpo e o trabalho humano.

Ao mesmo tempo, notam-se que algumas dinâmicas e mudanças sociais também operavam dentro da escola, haja vista que o espaço representava um local privilegiado de mudança na concepção da ideia

de modernidade. A escola seria um agente importante na operação de um espaço mais racional, mais organizado e menos rural.

Estava em pauta a construção de uma nova cultura e sensibilidade que expressassem o rompimento com o passado, ou seja, um processo que incluía a valorização da vivência no espaço público e a busca de uma nova estética para a cidade. Nesta esteira, as antigas escolas isoladas do povoado de São Joaquim de Porteirinha foram substituídas pelas Escolas Reunidas e, em seguida, pelo Grupo Escolar João Alcântara.

Determinados modos de se portar e de ver o mundo que transitavam entre o tradicional e o novo compuseram o rol das estratégias para educar a população para a vida urbana, ao mesmo tempo sua vivência expressava a identificação com o novo e com o avanço.

Finalmente, a busca por mais vagas na escola, a prática esportiva, a disciplina almejada, os conhecimentos teóricos e práticos, o olhar mais racional e organizado das relações humanas representaram a adoção de valores comuns que, gradualmente, consolidou-se naquela sociedade. Em contrapartida, parece que práticas que possuíam ressonância em hábitos julgados como pouco civilizados e não disciplinados, deveriam ser superadas na nova realidade.

Notas

¹ Conferir NUNES (2000); PESSANHA; SILVA (2012) e VEIGA (1997).

² Dados da Secretaria de Cultura e de Patrimônio Histórico de Porteirinha, MG (2005).

³ PORTEIRINHA. Decreto-Lei n. 01, de 14 de fevereiro de 1939. Cria cargos municipais e regula atribuições e deveres

dos funcionários. *Livro 01 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*. Porteirinha/MG, 14 fevereiro 1939, p. 30.

⁴ *Ibidem*, p. 36.

⁵ Para maiores detalhes sobre o contexto nacional-educacional varguista e sua articulação Saúde e Educação, consultar Schwartzman, Bomeny e Costa (2000).

Referências

- ESCOLA MISTA DO DISTRITO DE PORTEIRINHA. *Livro de ata de exames e termo de promoções da escola mista do distrito de Porteirinha*. Distrito de Porteirinha. Grão Mogol/MG, 1929.
- ESCOLAS REUNIDAS DE PORTEIRINHA. Termo solene de reunião feita pelo Sr. Inspetor Escolar para distribuição de classes em 9 fev. 1942. In: LIVRO DE ATA de instalação de escola, de exames e termo de visitas. Grão Mogol/MG, Distrito de Porteirinha, 1928.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo/RS: UPE, 1996.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A escola no movimento da cidade: os grupos escolares em Belo Horizonte. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 26, p. 89-101, dez. 1997.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, A.; MACEDO, E. (org.). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- FREITAS, Mário Martins de. *O município de Grão Mogol: estudo geológico, mineralógico, histórico, econômico e social*. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1957.
- GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA. Termo de instalação do Grupo Escolar João Alcântara, da cidade de Porteirinha. In: GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA. *Livro de atas de exames, termos de promoções, de instalação da escola desta cidade e dos termos de visitas dos srs. Assistentes Técnicos*. Porteirinha/MG, 1946.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4. ed. Brasília: UnB, 1963.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Anuário Estatístico do Brasil*, ano VII – 1946. Rio de Janeiro, 1947.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1959. v. 26.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas/SP, v.1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.
- NUNES, Clarice. O velho e bom ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p. 35-60, 2000.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros/MG: Ed. Unimontes, 2002.
- PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. O lugar de uma escola no tempo de uma cidade: Campo Grande e a Escola Estadual Maria Constança Barros Machado. In: PESSANHA, Eurize Caldas; GATTI JÚNIOR, Décio. *Tempo de cidade, lugar de escola: história, ensino e cultura escolar em escolas exemplares*. Uberlândia/MG: Edufu, 2012.
- PORTEIRINHA. Decreto-Lei n. 01, de 14 de fevereiro de 1939. Cria cargos municipais e regula atribuições e deveres dos funcionários. *Livro 01 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*. Porteirinha/MG, 14 fevereiro 1939.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Cultura escolar e práticas de higienização

da infância na Escola Primária Paulista. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWATRZ, Cleonara Maria (org.). *História das culturas escolares no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2010. p. 157-195.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas; Paz e Terra, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

VEIGA, Cynthia Greive. Projetos urbanos e projetos escolares: aproximações na produção de representações de educação em fins do século XIX. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 26, p. 103-112, 1997.